



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

ANÚNCIO DE UMA NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

Palácio do Planalto
19 de maio

O Presidente José Sarney assina três decretos-leis e decreto, criando uma nova e mais liberal política industrial: importações facilitadas, exportações sem controle prévio do Governo e reformulação do Conselho de Desenvolvimento Industrial. Nenhum empresário nacional ou estrangeiro precisará de permissão governamental para instalar novas indústrias, desde que não peça incentivos fiscais.

Durante o meu Governo tive a oportunidade de realizar alguns atos importantes nesta sala. Atos fundamentais à nova etapa política, social e econômica da vida brasileira.

Mas considero que este ato que hoje realizamos é, sem dúvida, um dos mais importantes, porque ele se destina a mudar a política industrial brasileira. E sendo um ato que pode ser inserido dentro dos objetivos da economia, é também um ato político. Porque até hoje tomamos medidas que foram fundamentais à abertura política no Brasil, de tal modo que o País goza hoje da maior liberdade de que já desfrutou em toda a sua história. A abertura democrática não tinha chegado ao setor econômico do País e ao setor industrial.

Hoje, nós fazemos aqui a abertura democrática no setor industrial do Brasil. Completamos a obra da redemo-

cratização do País. Não tinham chegado, até este instante, ao setor industrial, ao setor econômico de nosso País, os benefícios da liberdade.

Tenho dito e devo reafirmar, nestas primeiras palavras, que quando diminui a liberdade econômica, diminui a liberdade política.

Temos tido exemplos em nosso País: toda vez que cresce a faixa de autoritarismo cresce a faixa de controle da economia. Uma coisa está ligada a outra.

E neste instante nós procuramos desamarrar a nossa economia para que ela possa gozar dos ventos da liberdade que já vêm beneficiando outros setores do nosso País.

Acabo de assinar quatro decretos que mudarão, sem dúvida, os rumos da economia brasileira. Eles definem uma nova política comercial e uma nova política industrial para o País.

Reduzimos ou extinguímos impostos de importação e de produtos industrializados. Eliminamos quase todos os controles prévios na exportação. Reorganizamos o Conselho de Desenvolvimento Industrial. E fixamos os instrumentos financeiros relativos a uma política industrial.

Inauguramos, com essas medidas, uma nova forma de relacionamento entre o Estado e a iniciativa privada. Um e outra assumem novos papéis.

A experiência demonstrou que o cartorialismo, o burocratismo e os excessivos controles do Estado não dão frutos sadios e correspondem a uma etapa ultrapassada:

Considero, assim, da maior importância a desburocratização administrativa que estamos realizando com o elenco dessas medidas.

Existia excessiva intervenção do Estado nas atividades empresariais. A multiciplidade de órgãos e papéis que interferem no dia-a-dia do empresário encarece e dificulta a produção. Estamos agora simplificando e agilizando os procedimentos burocráticos.

A iniciativa privada ganha maior liberdade de empreender, para que possa assumir plenamente o seu papel de motor do desenvolvimento do País. Agora, quem quiser

instalar novos projetos industriais não precisa de qualquer autorização prévia, desde que não solicite incentivos do Governo. Isso também impõe responsabilidade porque a economia de mercado pressupõe riscos e os empresários, para gozar desta liberdade, têm que arcar com os riscos.

A base deste novo relacionamento entre o Estado e a iniciativa privada é a visão coincidente sobre os grandes objetivos da economia nacional.

O momento brasileiro requer uma percepção ampla e clara de nossos problemas. Não podemos olhar apenas os interesses próximos e imediatos, sob o risco de comprometer o essencial. Seria disputar espaço de um edifício que pode ruir. Se todos se ajudam, o edifício fica de pé e cada um assegura seu espaço.

Roberto Simonsen, um dos pioneiros da industrialização no Brasil, dizia ser «patente a absoluta coincidência entre os fins que colimam os industriais e os verdadeiros interesses nacionais». Traduzindo suas palavras para a atualidade, eu diria que os dois grande objetivos da economia brasileira estão intimamente ligados: o crescimento e a distribuição de renda. Sem crescimento e criação de emprego, agravaríamos ainda mais o quadro social do País. A nenhum brasileiro interessa a injustiça social, a miséria e a má distribuição de renda. Elas deixam fora do mercado milhões de pessoas, que poderiam contribuir para a riqueza nacional. E põem em perigo as próprias instituições e a economia de mercado.

Seria um erro grosseiro buscar atingir os resultados sociais que todos nós almejamos, punindo a iniciativa privada e as empresas.

Os interesses das empresas, de seus trabalhadores e daqueles que estão marginalizados convergem nos seus aspectos fundamentais. Pois o crescimento em nível adequado e a consecução dos objetivos sociais estão vinculados a várias outras conquistas.

É necessário que tenhamos um consumo fortalecido. E é por isso que, para o empresário, o salário não deve ser visto apenas como um custo, mas também no seu conjunto, como elemento fundamental de expansão.

Além disso, o Brasil não pode negligenciar o setor de sua infra-estrutura, os transportes, a energia elétrica, as telecomunicações que são fundamentais para a retomada do desenvolvimento.

Finalmente, nosso esforço de distribuição de renda estaria comprometido se não pudéssemos modernizar a capacidade produtiva do nosso País.

Com as medidas que hoje adotamos, o que está em vista é justamente a modernização da economia brasileira.

O Brasil não pode perder o momento histórico. Somos a oitava economia do mundo e temos capacidade para saltar para a vanguarda da economia mundial.

Temos todas as bases para empreender o domínio de novas tecnologias: recursos naturais e recursos humanos, uma importante comunidade científica, um amplo parque industrial e um empresariado dinâmico e moderno.

Um indicador da agressividade e capacidade de resposta de nossa economia é o desempenho do nosso comércio exterior, que nos põe em terceiro lugar em todo o mundo.

Temos condições de abrir mais a nossa economia, aumentando a produtividade, para disputar destemidamente mercados no mundo inteiro.

Basta mobilizar a vontade nacional e realizar as políticas necessárias à modernização de nosso parque industrial, para que ele se torne ainda mais competitivo.

O modelo de substituição de importações cumpriu um papel fundamental e um papel histórico na industrialização brasileira. Mas ele hoje está esgotado e está comprometendo o nosso desenvolvimento.

É chegado, portanto, o momento de reorientarmos a economia, para que sejamos capazes de dar um grande salto qualitativo que permita ao Brasil ocupar um novo lugar na divisão internacional do trabalho.

O mundo vive uma revolução tecnológica. Ela modifica os custos econômicos. Reorienta vantagens comparativas. Introduce novas atividades e, com isso, surgem novas formas de hierarquia nas relações econômicas.

Não é suficiente, portanto, industrializar-se ou ser exportador de manufaturas para diminuir o grau de dependência econômica internacional.

Nenhum país pode atualmente atingir uma maturidade econômica sem desenvolvimento tecnológico. Este é o maior desafio que o Brasil enfrentará nos próximos anos.

Os benefícios fiscais passam, a partir de hoje, a se destinar prioritariamente aos investimentos voltados para a capacitação tecnológica, a produtividade e a qualidade dos produtos.

Estamos criando estímulos, inclusive dedução no imposto de renda, para as empresas que investirem em desenvolvimento de tecnologia própria.

Pela primeira vez estão sendo criados incentivos específicos que possibilitarão a pesquisa a um nível da própria iniciativa privada.

Estamos dando, assim, condições ao empresariado para que possam, os empresários, modernizar e ao mesmo tempo oferecer produtos mais baratos, melhores, mais competitivos e que possam ter maior poder de compra por parte de nossa população, que não pode ser penalizada com uma indústria antiquada e obsoleta que produz a custos elevados, custos estes que recaem nos ombros do povo brasileiro.

Estamos também reorganizando o Conselho de Desenvolvimento Industrial para estabelecer melhor coordenação entre os vários organismos governamentais que atuam no processo de desenvolvimento industrial.

O setor privado terá sua participação garantida nesse conselho, através da instituição de uma comissão consultiva e de câmaras setoriais.

O novo n.º CDI formulará e coordenará a execução da nova política industrial. Ele também fixará as diretrizes para os órgãos governamentais, redefinirá as prioridades e critérios para concessão de estímulos, será um órgão consultor, um esvaziador de tensões e uma câmara de debate permanente sobre os problemas da nossa economia.

Na nova política, vamos substituir o exame de aspectos isolados de determinado setor ou empresa pela negociação setorial, envolvendo as principais atividades da cadeia produtiva.

Eu quero aqui registrar o meu profundo reconhecimento do Presidente e do País ao ministro José Hugo Castelo Branco por sua gestão serena e exemplar à frente do Ministério da Indústria e do Comércio e pela condução segura das complexas tarefas que nos permitiram chegar hoje a estas redefinições.

Devo dizer que esta reunião não é fruto de um trabalho de pequeno tempo. Ela é fruto de um trabalho de dois anos, quando acertamos com o ministro José Hugo Castelo Branco a necessidade de uma definição de uma política industrial para o Brasil.

E o ministro José Hugo Castelo Branco está dando ao País um exemplo extraordinário de bravura, de espírito público, abdicando do seu tempo, da sua saúde, do seu lazer para engajar-se de corpo e alma todos os minutos, todos os instantes, em benefício do nosso País com grande espírito público, como é uma síntese o Programa Novo da Política Industrial que ele ajudou e foi o grande formulador para o nosso País.

Junto com a nova política industrial, estamos também iniciando um amplo processo de liberação da economia brasileira.

Isto se dá por um processo de simplificação, de eliminação da superposição de tarifas, taxas e impostos e da atualização do nosso sistema tarifário. Assim, ganharemos em eficiência econômica e também em competitividade no exterior.

A redução das alíquotas do imposto de importação de bens de capital e insumos servirá, além disso, à reativação da economia.

Com razão, os nossos empresários queixavam-se de incertezas e de complicações. Tínhamos que enfrentar também reclamações de nossos parceiros comerciais.

As novas medidas podem ampliar o diálogo construtivo de nossos parceiros com o Brasil, seja no campo comercial, seja no campo financeiro.

Estamos ao mesmo tempo eliminando os controles prévios à exportação em relação a cerca de três mil produtos. Solicitei também ao Ministro da Fazenda a ultimização dos estudos de novos mecanismos de financiamento à exportação de produtos com presença pouco significativa na pauta brasileira, utilizando os instrumentos de conversão da dívida externa.

Quero deixar claro que no conjunto das medidas hoje aprovadas o Nordeste e a Amazônia continuarão a merecer tratamento diferenciado e, em alguns aspectos, ainda mais favorável que o que lhes era dispensado.

Com este conjunto de medidas e outras tantas que estão sendo adotadas — e que tive a oportunidade de anunciar há três dias — criamos as bases para a retomada dos investimentos nacionais e externos no País.

Internamente, estamos adotando medidas corajosas para reduzir o déficit público para o nível de 4% do PIB este ano.

Isto contribuirá também para conter a curva inflacionária, embora saibamos que o combate à inflação exija ainda um esforço conjugado de toda a sociedade, inclusive do setor empresarial. Nessa luta contra a alta dos preços, já sabemos que de nada adiantam medidas artificiais de contenção.

No plano externo, estamos desenvolvendo o maior de nossos esforços para concluir, no mais breve prazo possível, um acordo com os bancos credores, que marcará, como é desejável, a normalização de nossas relações com a comunidade financeira internacional.

O Programa Modernização e Ajustamento, que anunciei na última segunda-feira, elaborado de forma competente pelos senhores Ministros da Fazenda e do Planejamento, com a colaboração e o apoio dos governadores, dá os parâmetros dentro dos quais estamos colocando a economia nos trilhos, pela extinção de subsídios, pela eliminação de controle de preços, à exceção dos praticados por monopó-

lios ou oligopólios, e por um amplo processo de privatização.

O que pretendemos é criar as condições para que a iniciativa privada possa evoluir livremente.

As empresas brasileiras não devem ser competitivas apenas dentro do Brasil. Elas já podem aspirar a competir em pé de igualdade no mercado mundial.

O Brasil e seu empresariado têm agora não apenas as condições, mas também os instrumentos para vencer esse desafio.

Não tenho dúvida de que vamos consolidar nossa democracia e conquistar mais desenvolvimento e mais bem-estar social.

Estou seguro de que a crise começa a passar.

Há sinais claros de um novo período, marcado por ativa inserção no sistema econômico internacional, pela modernização e por grandes conquistas tecnológicas, por um período de absoluta racionalidade.

Afinal, desenvolvimento não se faz com demagogia, nem com preconceito, nem com maledicência.

Faz-se com trabalho e com amor ao País.

Hoje, temos que reconhecer que, depois de um longo processo, o Estado no Brasil está atravessando uma crise profunda. Basta dizer que ele dispõe, hoje, apenas para cumprir todas as suas tarefas, apenas de uma receita tributária líquida de 8.8%. Ela já foi de 17% do Produto Interno Bruto do País. E a receita bruta, que foi de 26%, hoje é de cerca de 20%.

Não se trata, portanto, de discutir um problema de natureza ideológica ou de natureza doutrinária. Se saber se o Estado deve ser intervencionista ou não deve ser intervencionista.

Nós, homens de Estado, lidamos com realidades. E a realidade do Brasil de hoje, depois de um longo período que começa a partir dos anos 70, chegou a essa crise profunda do Estado.

O Estado brasileiro, hoje, não dispõe de recursos de nenhuma natureza para investimento. E, não tendo recursos para investimento, ele ameaça comprometer o desenvolvimento, ameaça os programas necessários de energia, de transporte, de telecomunicações, enfim, comprometer também aqueles serviços fundamentais que o Estado tem a obrigação de prestar à sociedade, serviços de natureza de saúde, de educação e de bem-estar social, que cada vez mais se deterioram.

Portanto, ninguém espere mais do Estado-salvador, do Estado-messias, aquele que resolvia tudo, que tinha condições de resolver tudo.

Nós, hoje, com a crise do Estado brasileiro, chegamos a este ponto que necessita de coragem, de determinação e de grande sacrifício.

Hoje, nós estamos justamente fazendo um ato democrático da abertura da economia para que ela possa gozar dos benefícios da liberdade, dos benefícios da criatividade da liberdade, através da competição, através da concorrência, através do livre mercado, e para isso estamos tirando todos os entraves da economia.

Há poucos dias recebi aqui o senhor ministro da Tchecoslováquia, presidente do governo da Tchecoslováquia, e começamos a trocar reflexões. E a conclusão a que nós chegamos é que, por caminhos diversos, quaisquer que sejam as ideologias, a realidade é que as alternativas dadas lá e cá foram muitas estreitas. Ou melhor, não temos alternativas senão essa da liberalização que se processa no mundo do Leste e que se processa no mundo desenvolvido.

Primeiro temos que arrumar a casa. Enfrentar os problemas do presente, para depois os brasileiros poderem fazer as suas opções doutrinárias, ideológicas e escolherem o caminho do seu futuro.

No momento, o barro do nosso trabalho é este em que tantas crises se somaram e desembocaram neste presente. Crises de natureza social, de natureza econômica e de natureza política. Crises que não foram construídas nestes dias, mas crises que se acumularam ao longo da História do Brasil, com nossos equívocos. Mas equívocos que também fo-

ram capazes de nos dar, no presente, um País desta magnitude que pode responder imediatamente, a curto prazo, a essas medidas de ajustamento.

Eu quero agradecer a presença dos senhores empresários, de todos os líderes da classe empresarial que aqui estão. E dizer que a partir de agora os senhores têm a responsabilidade no desenvolvimento de uma grande parcela do Brasil. O que pediram foi dado.

Mãos à obra.